

EMBAIXADA DO BRASIL EM ROMA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR HELIO VITOR RAMOS FILHO

Contexto político interno e externo

- Política interna

Durante meu período à frente da Embaixada em Roma, a Itália vivenciou uma série de transformações em seu cenário político, decorrentes, em parte, de dinâmicas domésticas próprias, mas também - senão sobretudo – de pressões externas oriundas dos dois mais significativos acontecimentos internacionais dos últimos anos: a pandemia da Covid-19 e a eclosão do conflito na Ucrânia.

Assumi a Embaixada em 23 de setembro de 2019, isto é, poucos dias após a instauração do segundo governo chefiado por Giuseppe Conte. Enquanto o governo "Conte I" nascera da aliança experimental entre o "Movimento 5 Stelle" (M5S) e a "Lega" (as duas forças que haviam emergido vitoriosas das eleições parlamentares de 2018), o governo "Conte II", por sua vez, consistiu em coalizão identificada mormente com os valores da centro-esquerda, a partir de acordo firmado entre o M5S e o Partido Democrático (PD). A esse arranjo juntaram-se, ainda, os partidos "Liberi e Uguali" e "Italia Viva".

Em 26 de janeiro de 2021, encerrava-se a experiência do governo "Conte II". Diante das perspectivas pouco animadoras quanto à viabilidade de formação de nova maioria, o Presidente da República, Sergio Mattarella decidiu propor um governo de iniciativa presidencial, indicando Mario Draghi como possível primeiro-ministro. Com a chegada de Draghi à Presidência do Conselho dos Ministros, em 13 de fevereiro de 2021, teve início uma nova fase da política italiana. Entrou em cena governo de "unidade nacional", respaldado pela autoridade presidencial e pelo prestígio internacional de Mario Draghi e justificado pela gravidade do momento que o país atravessava.

Em julho de 2022, após uma série de atritos entre Mario Draghi e Giuseppe Conte, o M5S decidiu não dar voto de confiança ao governo, durante votação de importante decreto-lei no Senado. Em reação, Draghi apresentou sua renúncia ao Presidente Mattarella, que, contudo, não a acolheu e convidou o PM a retornar ao Parlamento dias depois, para reexaminar o estado de sua coalizão de unidade nacional. Ao retornar ao Parlamento, em 20 de julho, Mario Draghi apresentou as condições necessárias a fim de que se refundasse o pacto de unidade nacional. Todavia, os partidos da centro-direita que integravam a base governista ("Forza Italia" e a "Lega") decidiram retirar o apoio a Mario Draghi, selando definitivamente o fim do governo.

Em 21 de julho de 2022, o Presidente Mattarella assinou decreto de dissolução do Parlamento e convocação de eleições antecipadas, marcadas para o dia 25 de setembro de 2022. Até a formação de um novo governo, Mario Draghi permanecerá no cargo de primeiro-ministro de um governo provisório, encarregado apenas de assuntos administrativos correntes.

- Política externa

Ao longo de 2020, no contexto do impacto sanitário e econômico da pandemia de Covid-19, a diplomacia italiana dedicou-se, principalmente, à obtenção de vacinas e equipamentos médicos, à repatriação de nacionais afetados pela crise e às tratativas europeias sobre a adoção e implementação de plano de recuperação. Já em 2021, superada a fase mais aguda da pandemia, a atenção do governo italiano concentrou-se no exercício da presidência de turno do G20, que coincidiu com a co-presidência da COP-26.

Em termos geográficos, além dos vizinhos europeus, a política externa italiana tem priorizado seu entorno regional, integrado pelos países do chamado "Mediterrâneo ampliado". Nesse sentido, parcela relevante da ação externa italiana esteve voltada ao tratamento da questão migratória e à estabilização da Líbia e do Sahel.

Com o início do conflito na Ucrânia, a Itália passou a buscar papel ativo nas negociações concernentes ao tema no âmbito da União Europeia, do G7 e até mesmo da OTAN. O europeísmo e o atlanticismo foram marcas registradas do governo Draghi, que, durante sua gestão, reforçou as ambições do país de compor o eixo franco-alemão. Nesse contexto, insere-se a assinatura do Tratado do Quirinale com a França no final do ano passado. Em 2022, a atuação internacional italiana tem sido pautada pela busca de diversificação de fornecedores de energia, com o objetivo de reduzir a dependência nacional do gás russo.

No que se refere à América Latina, a Itália é o principal país investidor da UE na região, com estoque no valor de 35 bilhões de euros. Atualmente, há cerca de 3 mil empresas italianas em países latino-americanos, com faturamento em torno dos 70 bilhões de euros. Somente no Brasil atuam mais de mil empresas da Península, geradoras de mais de 150 mil empregos diretos.

Apesar do cenário desafiador, em todo o período coberto por este relatório as relações bilaterais com o Brasil mantiveram-se em patamar elevado. No plano político, apesar de a pandemia e o conflito na Ucrânia terem dificultado a realização de visitas de lado a lado, manteve-se ambiente de confiança mútua compatível com os laços históricos e as afinidades culturais que aproximam os dois países. Ao reconhecer o País como sócio fundamental e principal parceiro comercial italiano na região, a Itália tem manifestado, de forma reiterada, apoio ao ingresso do Brasil na OCDE e à ratificação do Acordo Mercosul-UE.

A expansão em áreas como educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação partem de bases tradicionais e consolidadas. Em outros campos, como defesa, espaço, cooperação jurídica e na área de segurança, novas oportunidades têm-se apresentado. Em todas as mencionadas áreas a relação poderá continuar a desenvolver-se, com perspectivas particularmente promissoras em futuro cenário de retomada de crescimento econômico.

Conjuntura econômica

A Itália ocupa a oitava posição entre as maiores economias do mundo, com PIB nominal de US\$ 2,1 trilhões em 2021. O tecido produtivo italiano comporta grandes grupos como Assicurazioni Generali (setor financeiro), Enel (setor elétrico), Eni (energia), FCA (setor automotivo), Pirelli (pneumáticos), Leonardo (defesa e segurança cibernética), Telecom Itália (telecomunicações) e Iveco (setor automotivo), entre outros. Ademais, o país conta com grande rede de pequenas e médias empresas com alta capacidade de competição em mercados externos. A produção industrial italiana é a segunda maior da Europa e atua frequentemente em nichos de alta tecnologia.

De 2000 a 2019, o PIB italiano cresceu 4%, em termos reais. O PIB per capita decresceu 1% ao longo do mesmo período. Em 2020, fortemente impactado pela pandemia, o PIB italiano caiu 8,9%. As amplas medidas anticíclicas adotadas pelo governo talvez tenham evitado queda maior, mas ao custo de déficit fiscal equivalente a 9,5% do PIB. Assim, a dívida pública italiana, que já era a segunda maior da Europa (após a da Grécia), elevou-se de 134,6% do PIB em 2019 para 155,6% do PIB em 2020. Em 2021, com a redução das medidas sanitárias restritivas, a Itália cresceu 6,6%, recuperando parcialmente a queda do ano anterior. A relação dívida/PIB, por sua vez, reduziu-se para cerca de 150%.

Para a retomada do crescimento, a Itália tem contado também com o auxílio de recursos europeus no âmbito do programa "Next Generation European Union" (NGEU). Criado pela Comissão Europeia (CE) em 2020, o novo fundo foi financiado, de forma inédita, com títulos emitidos em nome da Comissão e vinculados ao orçamento europeu, com o objetivo de financiar a recuperação dos países europeus mais impactados pela pandemia. A Itália é o país mais beneficiado: do total de 750 bilhões de euros do programa europeu, 191,5 bilhões de euros destinam-se ao país. A fim de empregar os recursos europeus, o governo italiano elaborou o Plano Nacional de Recuperação e Resiliência (PNRR), aprovado pela CE.

O início do conflito na Ucrânia, no fim de fevereiro de 2022, tornou o cenário mais incerto, gerando novo risco de recessão. Acelerou a inflação, puxada sobretudo pelo aumento dos preços de combustíveis, do gás natural, de matérias primas e de alimentos.

Com o encarecimento do gás natural, desde meados de 2021, a segurança energética da Itália, assim como na maior parte da Europa, cimentou-se como tema central no debate público. No setor de energia como um todo, 73% da demanda energética italiana é

atendida por importações líquidas. O gás natural é a principal fonte primária de energia no país (43% da matriz energética e 49% da eletricidade gerada em 2020). A Itália importa 95% do gás que consome, sendo a Rússia, até 2021, seu principal fornecedor (39%).

Comércio bilateral, investimentos e turismo

Comércio bilateral

O comércio bilateral com o Brasil sofreu movimentação similar àquela da economia italiana: após o declínio de 9% em 2020 (totalizando US\$ 7,13 bilhões; -3% nas exportações; e -13% nas importações), houve forte recuperação, em 2021, com expansão de 31% em relação ao ano precedente, alcançando US\$ 9,3 bilhões (+26,4% nas exportações, US\$3,9 bilhões; +34,4% nas importações, US\$5,5 bilhões). A corrente de comércio bilateral com a Itália alcançou, desta forma, a terceira posição na Europa, atrás somente de Alemanha e Espanha.

Em 2021, a Itália figurou como o 11º parceiro comercial do Brasil no mundo: 15º destino das exportações do Brasil (1,38% do total) e 7º fornecedor das importações (2,5% do total). O comércio, deficitário ao longo dos anos para a parte brasileira (US\$ 1,54 bilhão em 2019; US\$ 1,02 bilhão em 2020; 1,62 bilhão em 2021), é constituído de importações brasileiras de produtos manufaturados italianos, como veículos, máquinas, equipamentos, peças e medicamentos, e exportações brasileiras concentradas em produtos básicos, como celulose, café não torrado, minério de ferro, soja, além de couro, carne bovina e ouro.

Investimentos

O estoque de investimentos italianos sofreu retração entre 2011 e 2015, atingindo a mínima de US\$ 11,4 bilhões neste último ano e, posteriormente, expansão até 2020, quando alcançou US\$ 14,8 bilhões. Em 2021, 94,2% do estoque italiano no Brasil era classificado como "participação no capital" (50,4% no setor de "eletricidade e gás" e 21,8% em "informação e comunicação") e apenas 5,8% em "operações intercompanhia".

Com presença tradicional e diversificada, representada sobretudo por grandes grupos empresariais e por empresas de médio porte, os investimentos estrangeiros diretos (IED) da Itália formam ponto central da pauta econômica bilateral, com aportes financeiros predominantemente em eletricidade e do gás, informação e comunicação, mas também na indústria da transformação e no setor financeiro. A presença empresarial italiana registra hoje no Brasil mais de mil filiais e estabelecimentos produtivos ativos, que empregam 150 mil funcionários diretos. Ao lado da presença de grandes grupos empresariais como Stellantis, Pirelli, Tim e Enel, nos últimos anos, importantes empresas de médio porte instalaram-se no país, entre as quais, Brembo, Luxottica, Almagora, Eataly, grupo Fedrigoni, Fassa, Stevanato, Datalogic e Prysmian.

No âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), a Itália figura entre as dez primeiras posições em valores de investimentos potenciais (R\$ 10,851 bilhões) e entre os primeiros em investimentos assegurados (R\$ 10,851 bilhões). O país já participou, nos últimos anos, de nove leilões de projetos qualificados no Programa, arrematando a Usina Hidrelétrica de Volta Grande/MG, a Companhia Energética de Goiás, rodovias e projeto de iluminação pública do Município de Macapá.

O Brasil também investe na Itália. Após crescimento contínuo entre 2011 e 2017, o estoque de capital brasileiro neste país apresentou queda entre 2017 e 2020. Em 2021, o estoque de investimentos diretos brasileiros na Itália ultrapassava os US\$ 600 milhões, posicionando o país como o 31º destino dos investimentos brasileiros no exterior. Embora relativamente pequena, a presença empresarial brasileira é diversificada, abrangendo desde setores básicos de manufatura e serviços até segmentos de alta tecnologia. Destacam-se, entre as empresas brasileiras presentes na Itália, JBS, Fitesa, Grendene, Alpargatas, Dudalina Feminina, Weg Italia, Rigamonti, Rádio Antena 1, Embraco e o grupo JHSF.

Turismo e mobilidade entre os dois países

Em 2019, a Itália foi o 8º maior emissor de turistas ao Brasil, com cerca de 180 mil visitantes. Com o agravamento da pandemia e a implementação de restrições de viagens para a Itália, houve virtual paralisação do intercâmbio bilateral de pessoas ao longo de parte dos anos de 2020 e 2021. As severas restrições italianas à entrada de viajantes (inclusive cidadãos italianos) oriundos do território brasileiro foram levantadas por completo em 2022, após intensos contatos e negociações com autoridades da Itália.

Ações realizadas

Relações políticas

Ao longo de minha gestão, em que pesem as dificuldades logísticas e sanitárias impostas pela pandemia, foram realizadas visitas das mais altas autoridades brasileiras à Itália. Ademais, mantive contato fluido com o Executivo italiano, em diversas instâncias, e também com interlocutores no Legislativo e no Judiciário.

Em 2021, foram realizadas em Roma, entre 7 e 9 de outubro, a 7ª Reunião de Presidentes de Parlamento do G20 (P20) e a Reunião Parlamentar da Pré-COP 26. As delegações brasileiras de senadores e deputados, que estiveram nesta capital entre 6 e 11 de outubro, foram chefiadas, respectivamente, pelo Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, e pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira. Contaram com a presença, ademais, da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senadora Kátia Abreu, e do Presidente da Comissão de Meio

Ambiente do Senado Federal, Senador Jaques Wagner. Na ocasião, acompanhei o Presidente Rodrigo Pacheco em encontro bilateral com a Presidente do Senado italiano, Maria Elisabetta Alberti Casellati (8/10).

Durante viagem oficial a Roma para participar da Cúpula do G20, em outubro de 2021, o Presidente Jair Bolsonaro manteve, em 29/10, reunião bilateral com o Presidente Sergio Mattarella, no Palácio do Quirinal. Além do Ministro de Estado das Relações Exteriores e de mim próprio, estiveram presentes, pelo lado brasileiro: o Ministro da Defesa, Walter Braga Neto; o Ministro da Cidadania, João Roma; o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Augusto Heleno; e o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos, Almirante Flavio Rocha. Pelo lado italiano, o mandatário fez-se acompanhar, entre outros, da Vice-Chanceler Marina Sereni.

No mesmo período, à margem da Cúpula de Líderes do G20, o Ministro de Estado manteve reunião bilateral com o seu homólogo italiano, Luigi Di Maio. O Chanceler Carlos França recebeu, em Brasília, em 15 de março último, o Subsecretário de Relações Exteriores da Farnesina, Manlio Di Stefano.

Relações econômico-comerciais

Foram acompanhados com particular interesse os temas econômicos de maior relevância política, avaliando-se, quando cabível, eventuais impactos nas relações com o Brasil. Busquei relacionar a evolução do quadro econômico italiano às suas implicações políticas nos planos interno e externo, em contexto que se definiu, em linhas gerais, em três fases: a crise gerada pela pandemia de Covid-19; a recuperação econômica em 2021, após o primeiro ano da emergência sanitária; e a nova crise decorrente do conflito na Ucrânia.

Em razão de implicações para o debate interno, foram realizadas pesquisas e análises sobre temas como: a evolução da dívida pública italiana; o avanço da participação do Estado italiano na economia local; o declínio demográfico, com queda da natalidade e envelhecimento da população; o sistema de formação de preços de combustíveis; e o quadro normativo que restringe a exploração de hidrocarbonetos no país. Acompanhou-se também as disputas em torno da alocação dos recursos europeus do programa "Next Generation EU", a serem empregados em investimentos com o fim de impulsionar a retomada do crescimento econômico.

Com relação aos temas econômicos com implicações para a política externa italiana, destaco o levantamento de dados e análise sobre o aumento do uso do mecanismo governamental de "screening" de investimentos estrangeiros (conhecido como "golden power"). Em decorrência da crise econômica gerada pela pandemia, muitas empresas em dificuldades tornaram-se alvo de grupos estrangeiros. O governo italiano atuou com maior intensidade para restringir aquisições acionárias de empresas locais por parte de atores extra-UE (sobretudo de origem chinesa), ampliando temporariamente o número de setores considerados estratégicos e, portanto, sujeitos ao mecanismo de controle.

Ainda com impactos importantes no plano externo, foram elaboradas análises sobre o setor energético italiano e sobre as medidas que vêm sendo tomadas para substituir as importações de gás natural russo. Em decorrência do conflito na Ucrânia, como mencionado, a segurança energética tornou-se tema de fulcro no debate público italiano.

Em contatos com representantes do governo e do setor privado italiano, reiterei a importância atribuída pelo governo brasileiro à conclusão do acordo Mercosul-União Europeia. As gestões da Embaixada foram, de modo geral, bem acolhidas pelas contrapartes italianas. Representantes da indústria italiana, em particular, têm-se mostrado especialmente favoráveis à conclusão do acordo. Na Europa, a Itália deverá ser um dos países mais beneficiados pelo instrumento, em vista: da proximidade cultural com os países sul-americanos; do estoque de investimentos italianos no Mercosul; e da pauta exportadora de sua indústria.

Transmiti a interlocutores italianos, igualmente, em diversas ocasiões, argumentos em favor do processo de acesso do Brasil à OCDE. Destaco, nesse sentido, gestões realizadas mais de uma vez junto ao Secretário-Geral da Farnesina, ao Ministério de Economia e Finanças e à Confederação Geral da Indústria (Confindustria), mais importante entidade representativa industrial da Península. Meus interlocutores mostraram-se, em todas as ocasiões, favoráveis ao pleito brasileiro, ponderando, como de costume, que a Itália tem de seguir, em última instância, as posições da União Europeia.

De modo a promover as exportações brasileiras, após a normalização das atividades econômicas e do fluxo de pessoas em 2021, a Embaixada participou de feiras e organizou eventos presenciais e virtuais ligados à promoção de produtos brasileiros, como “webinars” sobre a economia brasileira e oportunidades de negócios no pós-pandemia (2021) e feira do setor de cosméticos na Embaixada (2022). Estruturou e acompanhou igualmente missões comerciais a Roma, como a dos governadores do Rio de Janeiro e do Paraná e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (2022).

Com vistas a retomar o fluxo bilateral de turistas e de cargas, a Embaixada promoveu, em 2022, eventos de relançamento das rotas de transporte ao Brasil, em parceria com as companhias Latam e TAP. Ademais, a Embaixada encaminhou às autoridades brasileiras o pleito de reabertura das rotas aéreas para o Brasil da parte da nova companhia de bandeira italiana, ITA.

Agronegócio

No que se refere ao setor do agronegócio, minha atuação foi centrada em três pilares: 1) acompanhamento de políticas agrícolas e de temas sanitários e fitossanitários; 2) interlocução com atores locais; e 3) promoção comercial e de imagem.

O acompanhamento de emergências sanitárias e fitossanitárias permitiu resultado favorável a interesses do agronegócio brasileiro. Em janeiro de 2022, a Embaixada alertou, tempestivamente, a Secretaria de Estado e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) sobre a identificação de casos de peste suína africana (PSA) na Itália setentrional, somando-se a episódios endêmicos da doença na região insular da Sardenha. A comunicação da Embaixada ensejou, com a publicação do ofício nº 118/2022/CGSF do MAPA, o estabelecimento de medidas sanitárias necessárias para a importação de carnes suínas e derivados provenientes da Itália.

A Embaixada registrou, outrossim, interlocução frequente, e de alto nível, com atores relevantes locais, dos setores público e privado italiano. Promoveu seminários, encontros de negócios e publicações sobre o agro brasileiro. Registre-se que o comércio agroalimentar com a Itália apresentou, entre 2019 e 2022, evoluções importantes. A quota de participação de cafés especiais nas vendas totais desse produto à Península, por exemplo, passou de 18% em 2020 para 21%, em 2021. Entre 2019 e 2020, as vendas brasileiras de soja - mensuradas em valor - à Itália aumentaram 180%. Entre 2020 e 2021, as exportações de soja brasileira cresceram em valor cerca de 80%.

Cooperação educacional, ciência, tecnologia e inovação, e meio ambiente

No que diz respeito à cooperação educacional, durante o período de restrições impostas pela pandemia, a Embaixada efetuou uma série de gestões junto ao Ministro da Saúde da Itália, com o fim de viabilizar a concessão de vistos a estudantes brasileiros. No intuito de evitar que perdessem ímpeto, ao longo da pandemia, manteve intenso diálogo com algumas das principais universidades italianas, como a "Sapienza" de Roma, a "Scuola Internazionale Superiore di Studi Avanzati" de Trieste e a Universidade de Bolonha. Em parte graças a esses esforços, a cooperação acadêmica entre Brasil e Itália continua vigorosa no pós-pandemia. O Brasil é atualmente o quinto país com o qual as universidades italianas têm o maior número de acordos (979 no total), atrás apenas de França, Espanha, Estados Unidos e China.

Na área de ciência, tecnologia e inovação, merecem especial registro as visitas do Ministro das Comunicações, Fabio Faria, em junho e julho de 2021, e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, em agosto de 2021. No contexto do Programa Diplomacia da Inovação (PDI), a Embaixada realizou dois eventos particularmente exitosos. Em de junho de 2021, teve lugar o “webinário” intitulado "O Futuro da Inteligência Artificial no Brasil e na Itália: tendências e oportunidades de parceria", que contou com 11 palestrantes (5 italianos e 6 brasileiros). Em abril de 2022, também no contexto do PDI, a Embaixada organizou o "Primeiro Encontro da Diáspora Científica Brasileira na Itália", em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na área ambiental, a Embaixada tem acompanhado com atenção a atuação do Ministério da Transição Ecológica, criado em fevereiro de 2021 pelo premiê Mario Draghi com os objetivos de descarbonizar a matriz energética italiana e de implementar a maior parte dos investimentos previstos no Plano Nacional de Recuperação e Resiliência (PNRR).

Nesse contexto, os esforços para substituição de energias não renováveis ganharam, nos últimos anos, espaço importante no debate político italiano, evidenciando as dificuldades políticas, econômicas e técnicas a serem superadas no processo de transição para as energias limpas. Em face disso, a Embaixada buscou sempre divulgar junto a interlocutores italianos o bom desempenho do Brasil quanto à utilização de energias renováveis.

Defesa

A Itália é parceiro fundamental para o Brasil na área da indústria de Defesa. O país conta com sólida, ampla, diversificada e sofisticada base industrial de defesa, na qual se destacam empresas como a IVECO, dedicada à produção de veículos de transporte de tropas e de combate; a Fincantieri, voltada à construção naval; e a Leonardo (ex-Finmeccanica), com atuação nos setores aeroespacial, eletrônico, telecomunicações e sistemas de armas, incorporando subsidiários ou tendo participação em companhias como a OTO-Melara, Telespazio, Thales-Alenia Space, MBDA, ATR, Elettronica e Avio.

Os dois países mantêm tradicional e profícua cooperação nesse setor. Atualmente, destaca-se a participação da indústria italiana nos seguintes projetos das Forças Armadas brasileiras:

- a) Viatura blindada de transporte de pessoal 6x6 Guarani, desenvolvido em parceria entre o Exército e a empresa IVECO, produzidos em planta industrial na cidade de Sete Lagoas-MG (cerca de 500 unidades já entregues, de um total contratado de 1400 carros);
- b) Fornecimento, ao Exército, da viatura leve multipropósito 4x4 LMV/BR Lince, produzido pela IVECO (32 unidades entregues, com o Exército negociando a aquisição de viaturas adicionais, além de cerca de 20 unidades adquiridas na ocasião, do Exército italiano);
- c) Fornecimento dos canhões OTO-Melara (Leonardo) de 76mm que deverão equipar as novas fragatas da classe "Tamandaré", da Marinha do Brasil; e
- d) Participação no processo licitatório conduzido no âmbito do projeto Viatura Blindada de Combate de Cavalaria, do Exército Brasileiro, com o carro caça-tanques Centauro-II, produzido pelo Consórcio IVECO/OTO-Melara (CIO).

Organização Internacional Ítalo-Latinoamericana (IILA)

A IILA foi criada em 1966, como "Instituto Internacional Ítalo-Latinoamericano". Integram o organismo - além do Brasil e da Itália - Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México,

Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Roma confere elevada importância à participação brasileira no organismo, em razão do peso relativo do Brasil na América Latina. Sendo, juntamente com a Itália, o país detentor do maior PIB, dentre os membros da organização, a presença brasileira é considerada vital, tanto pela instituição, quanto pela Itália e demais integrantes.

Juntamente com a Farnesina, a IILA é responsável pela organização das Conferências Itália-América Latina e Caribe, que se realizam bienalmente, desde 2003. Em outubro de 2021, realizou-se a décima edição da Conferência. Em linha com a temática proposta pela presidência italiana do G-20 (cuja cúpula ocorreu semanas depois), a Conferência versou sobre o tema "Pessoas, Planeta, Prosperidade".

Consulados honorários

Ao longo de minha gestão, foi obtida a concordância da parte italiana para o estabelecimento de três novos consulados honorários: Perugia, Veneza e Trento. Foram também renovados os "exequatur" de outros seis cônsules honorários já em função. Atualmente, há consulados honorários do Brasil em Bari, Florença, Nápoles, Gênova, Trieste, Catanzaro, Palermo, Perugia, Veneza e Trento.

Cooperação judiciária

No período de minha gestão, a Justiça italiana deferiu quatro pedidos de extradição formulados pela parte brasileira. Há, no momento, seis pedidos brasileiros de extradição em andamento, sendo examinados pela Justiça italiana. Estão sendo igualmente processadas, pelas autoridades italianas, cinco solicitações de cooperação judiciária em matéria civil e penal, formuladas pela parte brasileira. Essas incluem cartas rogatórias, solicitações de transferência de execução de pena, encaminhamento de documentação, consultas sobre procedimentos extrajudiciais, dentre outras matérias.

Saúde

Diante da dramática situação sanitária da Itália no início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, empreendi esforços no sentido de auxiliar o país na obtenção de material médico, tendo como norte a solidariedade que sempre caracterizou a atuação do Brasil em crises humanitárias. O governo brasileiro liberou, excepcionalmente, a importação italiana de ventiladores pulmonares e máscaras, produtos que, naquele momento, estavam esgotados no país.

A reunião de ministros da Saúde do G20 (5-6/9/2022) representou valiosa oportunidade para o fortalecimento de gestões de alto nível para temas sanitários. Em reunião bilateral mantida com sua contraparte em 7 de setembro de 2021, o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga cuidou de reforçar a importância da abertura de fronteiras entre os dois países em razão da melhoria do quadro epidemiológico nacional e solicitou o reconhecimento

das vacinas contra a Covid-19 utilizadas no Brasil. Em menos de um mês após o encontro, a Itália passou a reconhecer a vacina Astrazeneca produzida pela Fiocruz.

Setor cultural

As relações culturais entre o Brasil e a Itália são alicerçadas e vibrantes. Caracterizam-se por notável espontaneidade proveniente de histórico intercâmbio que, nos últimos 200 anos, remonta à atuação da Imperatriz Teresa Cristina e aos movimentos migratórios da Península em direção ao Brasil.

O setor cultural da embaixada promoveu eventos, organizou exposições e viabilizou apresentações artísticas nas mais distintas formas de vertentes culturais. Música, dança, pintura, teatro, literatura, arquitetura, todas as áreas foram contempladas na promoção da cultura brasileira. Destaca-se, entre outras iniciativas, a participação brasileira na 59ª Bienal de Arte de Veneza. Ao lado do presidente da Fundação Bienal de São Paulo, inaugurei o Pavilhão do Brasil, que abrigou a mostra "Com o coração saindo pela boca", do artista alagoano Jonathas de Andrade. O percurso expositivo, com forte ênfase na cultura popular, apresentou dezenas de expressões do português brasileiro baseadas em partes do corpo humano.

Ao longo de minha gestão, o então Centro Cultural Brasil-Itália, hoje Instituto Guimarães Rosa (IGR), promoveu dezenas de atividades culturais voltadas não apenas para a difusão do português em sua vertente brasileira, mas também para as mais variadas expressões culturais do Brasil.

Dificuldades encontradas

O meu período à frente da Embaixada em Roma coincidiu com as restrições impostas pela pandemia, mas também com uma série de mudanças no governo e na política italiana. Contudo, o acrescido desafio de coordenação das agendas não chegou a interromper o fluxo de visitas oficiais.

Não obstante, mecanismos importantes do diálogo institucional bilateral permaneceram suspensos. Para a normalização do calendário de reuniões bilaterais, será necessário retomar as reuniões do Conselho de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento e da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia. Para o melhor andamento dos temas, deve-se buscar manter a periodicidade das reuniões, evitando períodos longos entre suas edições.

A pandemia e os controles de fronteira e sanitários impostos pelo governo italiano prejudicaram a realização de eventos presenciais e reduziram significativamente a circulação de artistas e profissionais brasileiros na Itália no período de março de 2020 a

março de 2022. A difusão da culinária brasileira e de expressões artísticas que envolvem performances ao vivo foi especialmente afetada.

Perspectivas

O atual momento abre especial oportunidade de impulso à Parceria Estratégica, cujo primeiro plano de ação foi assinado há mais de doze anos. A elaboração de novo plano, expandindo as áreas de cooperação, poderá revigorar a parceria. A realização da V Reunião de Consultas Políticas poderia ser ocasião para entendimentos nesse sentido.

As últimas duas sessões do Conselho de Cooperação Econômica ocorreram em 2013, em Roma, e em 2015, em Brasília. Trata-se, como sabido, de mecanismos importantes para a aproximação institucional e das comunidades empresariais de ambos os países. O período ideal para a retomada das discussões sobre tais iniciativas poderá ser após as eleições legislativas de 25 de setembro de 2022, quando se deverá conformar novo governo na Itália.

Uma futura reunião do Conselho de Cooperação Econômica figuraria também como oportunidade adicional de reafirmar o apoio da Itália à conclusão do acordo entre o Mercosul e a UE, como já manifestado em ocasiões anteriores.

Sugiro também continuidade no aprofundamento das relações judiciais e interparlamentares entre os dois países. A troca de experiências entre magistrados e o diálogo entre parlamentares figuram como ferramentas importantes na defesa dos interesses nacionais em seus múltiplos aspectos. No âmbito do Legislativo, seria oportuno insistir na reativação da seção italiana do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Itália na próxima legislatura.

No âmbito comercial, a promoção de produtos brasileiros tem encontrado acolhida no mercado local, sendo bastante requisitadas mostras e entrevistas com vendedores nacionais. Caberia reforçar o apoio institucional aportado aos negócios brasileiros, por meio de organizações de eventos e da disponibilização de produtos em grandes feiras na Itália.

Quanto à atração de investimentos, setores como aeroespacial, defesa, automotivo e energias renováveis têm demonstrado interesse em seguir atuando no Brasil. Será de grande valia incentivar e promover a interlocução entre atores governamentais e privados brasileiros com as contrapartes italianos.

No setor de turismo, o calendário oferece oportunidade singular para destacar o Brasil e atrair a atenção italiana ao nosso país. O movimento de imigrantes da península foi oficialmente iniciado com a chegada ao Brasil do Vapor "La Sofia", com 380 famílias, no dia 21 de fevereiro de 1874. Em homenagem a essa data, desde 2008, o Brasil

comemora o "Dia Nacional do Imigrante Italiano". De modo a recordar a contribuição dessa população à formação brasileira e atrair renovadas levas de turistas e de investimentos italianos ao Brasil, pondero que seria interessante a organização de comemorações do sesquicentenário da imigração italiana, que se dará em fevereiro de 2024.

Seria importante, ainda, dar continuidade ao apoio da Embaixada a festivais anuais nas áreas do cinema e da música de modo a motivar a seleção de artistas brasileiros nesses eventos.

Dado o grande interesse do público jovem por nossa culinária, aconselho reforçar a divulgação de saberes, modos de fazer e técnicas culinárias tradicionalmente brasileiras por meio do programa do Itamaraty "Brasil em Sabores" e do apoio à participação de chefs brasileiros em festivais de gastronomia no país.

REPÚBLICA DE MALTA

Introdução: contexto político interno e externo

Situado no Mediterrâneo central, a 93 km ao sul da Sicília e a 288 km da costa da Líbia, a República de Malta, cuja capital é Valeta, é formada por um arquipélago. As três principais ilhas - as únicas habitadas - são Malta, Gozo e Comino. Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo, com 521 mil habitantes em uma área de 316 km² (equivalente a pouco menos da metade da ilha de Santa Catarina).

Independente desde 1964, o país adota sistema parlamentar. Os idiomas oficiais são o maltês e o inglês. O catolicismo apostólico romano é a religião oficial do país. Malta aderiu à União Europeia em 2004 e ao acordo Schengen (de livre circulação de pessoas no bloco) em 2007 e integra a "Commonwealth".

Em 4 de abril de 2019, George Vella assumiu a Presidência de Malta, para mandato de cinco anos. Vella foi Chanceler entre 1996 e 1998 e entre 2013 e 2017. De perfil conservador, foi deputado por sete legislaturas, iniciando sua carreira parlamentar em 1978. Na chefia de Estado, tem atribuições predominantemente protocolares. O presidente é eleito pelo poder legislativo (unicameral), composto por membros eleitos diretamente por sistema de representação proporcional. Por norma constitucional, todos os ministros do governo, incluindo o primeiro-ministro, devem ser membros da Câmara dos Representantes.

O Primeiro-Ministro Robert Abela lidera o governo desde 2020. Tendo vencido as eleições internas do Partido Trabalhista, em 12 de janeiro daquele ano, foi proclamado o seu novo líder. As eleições gerais mais recentes foram realizadas em 26 de março do ano corrente. O Partido Trabalhista manteve sua maioria no parlamento, vencendo consecutivamente a terceira eleição.

Desde 2013, a geração de postos de trabalho tem contribuído para levar a taxa de desemprego aos menores níveis entre economias europeias (3%). Além disso, o crescimento econômico vinha registrando taxas elevadas até 2020 (11,1% em 2017, 6% em 2018, 5,9% em 2019). Em função da pandemia de COVID-19, que golpeou fortemente o setor de turismo, em 2020 o PIB sofreu queda de 8,4%. Todavia, a economia maltesa vem retomando trajetória positiva, com crescimento de 9,4% em 2021 e previsão na casa de 4,8% para o ano corrente. Malta teve o seu Plano de Recuperação e Resiliência aprovado pela Comissão Europeia em 16 de setembro passado. Valeta poderá, portanto, beneficiar-se de pacote de 316,4 milhões de euros de ajuda do bloco.

No plano externo, Malta busca manter postura de neutralidade na maior parte dos dossiês internacionais. Sua prioridade é, hoje, a questão migratória e, logo, a estabilização da Líbia e do Sahel, temas considerados "existenciais". A gestão partilhada dos fluxos migratórios - para evitar que os países de primeiro desembarque sejam excessivamente

onerados - e o desenvolvimento de nova política europeia de migração e asilo, baseada nos princípios da responsabilidade e da solidariedade estão entre as aspirações do pequeno Estado insular.

Em 18 de janeiro corrente, foi eleita, em Estrasburgo, a mais jovem Presidente do Parlamento Europeu, a maltesa Roberta Metsola. A vitória da deputada do Grupo do Partido Popular Europeu (com 458 votos de um total de 690) significa que nacional de Malta, o menor membro da UE, agora ocupa um dos mais importantes cargos do bloco. Membro do Partido Nacionalista maltês, atuara como Vice-Presidente do órgão legislativo comunitário desde 2020 e deverá cumprir mandato de dois anos e meio, sucedendo o italiano David Sassoli, em função de seu falecimento.

Em fevereiro último, após processo de consulta pública que se seguiu à sua elaboração, o governo maltês lançou a "Estratégia de Política Externa de Malta". O documento, que visa a traçar um esboço para a inserção internacional maltesa na próxima década, com um conjunto de objetivos a serem alcançados até 2023, elenca três objetivos estratégicos principais. São eles: apoiar os valores, o bem-estar e a prosperidade dos cidadãos malteses; promover a paz, a segurança e o diálogo; e maximizar as oportunidades de influência em regiões estratégicas e fóruns multilaterais.

Em 9 de junho do ano corrente, Malta foi eleita para ocupar assento rotativo no Conselho de Segurança, no mandato 2023-2024. O país ocupara cadeira no órgão uma vez, de 1983 a 1984. Entre as prioridades maltesas declaradas destacam-se as agendas de crianças e conflitos armados e de mulheres, paz e segurança. Valeta também pretende trabalhar em prol do reconhecimento do impacto das mudanças climáticas sobre a paz e segurança internacionais, bem como dos vínculos entre alfabetização (inclusive digital) e questões securitárias.

Ações realizadas

Comércio bilateral

Em 2021, as exportações brasileiras a Malta somaram USD 135,8 milhões (com crescimento de 24,8% em relação a 2020), enquanto as importações chegaram a USD 13,3 milhões (aumento de 5,6% em relação ao ano anterior). O Brasil exporta àquele país sobretudo óleos combustíveis de petróleo (91%). Malta, por seu turno, exporta ao Brasil válvulas termiônicas (34%), instrumentos médicos e cirúrgicos (17%), aparelhos elétricos (14%) e outras máquinas e equipamentos (11%).

O fluxo de comércio bilateral poderá beneficiar-se da ratificação do acordo Mercosul-EU. O governo insular vem demonstrando postura favorável à entrada em vigor do instrumento.

Encontros de alto nível

Durante minha gestão, tive a oportunidade de manter encontros com algumas das mais altas autoridades do país. Em janeiro de 2020, por ocasião da apresentação de minhas cartas credenciais ao Presidente George Vella, reuni-me com a então Diretora-Geral de Assuntos Políticos e Europeus da Chancelaria, Maria Camilleri Calleja (hoje Embaixadora em Abu Dhabi), bem como com o Presidente do Parlamento, Deputado Angelu Farrugia.

Em 3 de junho corrente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Malta, Ian Borg, realizou visita a Brasília para a inauguração da Embaixada maltesa - a primeira na América Latina. Na ocasião, Borg foi recebido pelo Presidente da República. Em 10 de maio, o Senhor Presidente da República recebera as cartas credenciais do Embaixador da República de Malta, senhor John Aquilina, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

Dificuldades encontradas

É grande o número de estudantes brasileiros que viajam na condição de turistas (desprovidos de visto) para estudar inglês em Malta. Estudantes brasileiros em cursos com duração superior a três meses (período máximo de permanência na condição de turista) passariam, assim, a situação irregular após decorrido esse prazo. A recente inauguração da Embaixada de Malta em Brasília deverá permitir o encaminhamento da solução dessa questão.

Do lado brasileiro, atualmente, está em curso processo de identificação de novo candidato ao exercício da função de Cônsul Honorário em Valeta, em quadro de aumento de turistas e estudantes brasileiros que viajam ao país.

Perspectivas

Há interesse recíproco em aumentar a fluidez e maturidade do diálogo político entre os dois países, do que é fruto a assinatura, em 2016, de Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais. Em junho de 2018, teve lugar, em Valeta, a primeira Reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Malta, conforme previsto no referido documento. Sugiro que seja retomado o mecanismo.

A Chancelaria maltesa tem manifestado expectativa de que a abertura de Embaixada no Brasil contribua para destravar acordos e entendimentos nas áreas de turismo, serviços aéreos e de cooperação jurídica, financeira e tributária. Ademais, recordo que o Brasil deverá coincidir com Malta, em 2023, como membro não permanente do Conselho de

Segurança das Nações Unidas. Tal momento de impulso positivo nas relações pode ser aproveitado para dar encaminhamento à negociação de instrumentos nas áreas citadas acima.

Sugiro, por fim, avaliar a possibilidade de cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Mediterrânea de Assuntos Diplomáticos (MEDAC) da Universidade de Malta.

REPÚBLICA DE SAN MARINO

Introdução: contexto político

San Marino consolidou sua independência no século XIV. País de reduzidas dimensões no interior do território italiano, tem 61 km² de área e população aproximada de 33 mil habitantes. O Poder Legislativo de San Marino constitui-se de um único órgão, o Conselho Grande e Geral, formado por 60 parlamentares eleitos diretamente pelo voto popular a cada cinco anos. As funções de Chefe de Estado e de Governo são exercidas por dois Capitães-Regentes, eleitos a cada seis meses pelo Conselho Grande e Geral.

Após décadas em que se revezaram no poder partidos de centro, San Marino passa a viver, a partir dos anos 2000, frequentes trocas de Governo. Com a realização das eleições gerais de dezembro de 2019, o Partido Democrático Cristão Samarinês (PDCS) assumiu o poder. Inspirado no antigo congênere italiano da Democracia Cristã, define-se como partido de centro-direita e, no âmbito europeu, tem status de observador do Partido Popular Europeu (PPE).

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol). As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Vigora com a União Europeia um Acordo Monetário, pelo qual San Marino adotou o euro como moeda oficial e obteve autorização para a sua cunhagem.

San Marino integra os seguintes organismos internacionais: UPU (1927), UNIDROIT (1945), OMPI (1966), OMT (1971), OCDE (1973), UIT (1977), UNESCO (1974), OMS (1980) e OIT (1982). Em 1988, ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Economia

O turismo e o setor bancário formam a base da economia de San Marino. Cerca de 90% do PIB do país concentra-se em seis setores da economia, a saber: industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e de serviços. Os efeitos da crise financeira internacional foram severos para a economia local. A pandemia de COVID-19 afetou a economia de San Marino, fortemente dependente do turismo e, em 2020, houve contração de 6,5% do PIB. O ano de 2021 foi marcado por relativa recuperação, com crescimento na ordem de 5,5%.

Relações com o Brasil e ações realizadas

As relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares, celebrado em 14 de dezembro de 1984. Em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não residentes. San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo.

A cooperação educacional entre os dois países é parte importante da pauta bilateral. Há interesse, pelo governo de San Marino, de incrementar o fluxo de estudantes brasileiros ao país. O governo samarinês expressou interesse em assinar acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) nos moldes propostos pelo Brasil.

No campo multilateral, registra-se o constante apoio que San Marino tem dado a candidaturas brasileiras, sem exigência de reciprocidade, nos mais diversos órgãos multilaterais. Em 2020, a República de San Marino realizou doação de 3 mil máscaras descartáveis e 100 aventais médicos à Prefeitura de São Paulo, a título de apoio humanitário aos esforços nacionais de combate à COVID-19.

No campo econômico, o intercâmbio comercial entre os dois países atingiu, em 2021, a cifra de US\$ 11,3 milhões. As exportações brasileiras para San Marino somaram US\$ 87,6 mil, ao passo que as exportações samarinesas para o Brasil alcançaram US\$ 11,2 milhões. O comércio bilateral, portanto, é deficitário para o Brasil. Alguns dos principais produtos exportados pelo Brasil a San Marino em 2021 foram: vestuário, calçados e equipamentos elétricos. O Brasil importa de San Marino, sobretudo, medicamentos e produtos da indústria de transformação e farmacêuticos.

Autoridades samarinesas manifestaram forte interesse em conhecer melhor o sistema de saúde do Brasil, tanto o SUS, quanto a rede privada, uma vez que o país tenciona atrair instituições de saúde privadas para o seu território. Manifestaram também intenção de inteirar-se das normas regulatórias brasileiras e de nossa experiência relacionada à telemedicina.

Dificuldades enfrentadas

Segue pendente a nomeação de cônsul-honorário do Brasil em San Marino, em razão da dificuldade de encontrar-se candidato que preencha os requisitos necessários (nacional samarinês e residente no país).

Perspectivas

Tendo em vista o interesse samarinês no sistema de saúde brasileiro, poderia organizar-se missão da Secretária de Saúde e Seguridade Social, Previdência e Assuntos Sociais, Assuntos Políticos, Igualdade de Oportunidades e Inovação Tecnológica de San Marino ao Brasil, para encontros com o Ministério da Saúde e com a ANVISA, bem como com instituições hospitalares de referência.

Avalio oportuna, outrossim, não apenas acompanhar a tramitação no Congresso Nacional do acordo sobre matéria tributária, senão sobretudo retomar negociação da minuta de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI) com San Marino.